Cebraspe
Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos

CONCURSO PÚBLICO DE ADMISSÃO À CARREIRA DE DIPLOMATA

DIPLOMATA (TERCEIRO SECRETÁRIO)

Prova Escrita de Direito – Questão 1

Aplicação: 3/5/2026

PADRÃO DE RESPOSTA DEFINITIVO

Em relação ao primeiro quesito, espera-se que o(a) candidato(a) demonstre domínio do debate teórico relativo aos fundamentos do direito internacional. O voluntarismo jurídico baseia-se na ideia de que o direito é o produto da vontade. Segundo Pellet, voluntarismo e estatismo "confundem-se no domínio jurídico", pois, conforme essa corrente, como o direito se baseia na vontade do Estado, só existiriam regras positivas "fundadas sobre a sua vontade". Acrescenta o autor que, "entre a forma e a matéria, o positivismo voluntarista escolhe a primeira". Outra vertente do voluntarismo, esposada por autores como Oppenheim, considera que o direito internacional depende essencialmente do consentimento dos Estados. As críticas às concepções voluntaristas do direito internacional baseiam-se na sua insuficiência para "fundamentar o direito internacional ou qualquer outro ramo da ciência jurídica". Na prática, o voluntarismo levaria "a consequências inaceitáveis", pois implicaria "que os poderes do Estado, na ordem internacional, seriam sem limites". Os críticos afirmam que o voluntarismo "revolveria em círculo vicioso", pois a mesma vontade que criaria o direito internacional seria aquela que o violaria. Cançado Trindade afirma, a seguir, que o direito internacional deve estar acima do interesse de Estados individuais, e que a consciência deve estar acima da vontade.

Essa discussão conduz ao segundo quesito, relativo à consciência jurídica universal como um dos fundamentos do direito internacional público. Segundo Cançado Trindade, "a consciência jurídica universal, que gradualmente encontrou expressão na teoria e prática do direito internacional, seria a sua fonte material última". Sua análise parte da premissa de que é possível capturar os elementos do *jus gentium* por meio da razão. Inspira-se em autores como Vattel e Wolff, os quais distinguem o "direito necessário" e o "direito voluntário", sendo o primeiro "sempre obrigatório pela consciência". O(A) candidato(a) poderá associar essas concepções ao jusnaturalismo, bem como à noção de imperativo categórico, de Kant, ou de *recta ratio*, ou reta razão, de Grotius e outros fundadores do direito internacional. Em linha similar, Bassiouni refere-se a uma consciência universal, bem como alude à convergência de certos valores verificada historicamente em diversas regiões do mundo.

Espera-se que, no terceiro quesito, o(a) candidato(a) afirme que o retorno à visão humanista e universalista dos fundadores do direito internacional levaria ao que Cançado Trindade denominou de "humanização do direito internacional", tendo as considerações de humanidade e os valores universais inspirados o desenvolvimento do direito internacional público. Na lista não exaustiva de exemplos incluem: a personalidade internacional do indivíduo, as normas de *jus cogens*, a obrigações *erga omnes*, o direito internacional penal e a cláusula Martens no direito internacional humanitário.

Cebraspe
Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos

CONCURSO PÚBLICO DE ADMISSÃO À CARREIRA DE DIPLOMATA

DIPLOMATA (TERCEIRO SECRETÁRIO)

Prova Escrita de Direito – Questão 2

Aplicação: 3/5/2026

PADRÃO DE RESPOSTA DEFINITIVO

O(a) candidato(a) deverá discorrer, na introdução, sobre a importância da participação acadêmica e diplomática do Brasil na Convenção das Nações Unidas sobre Direito do Mar (CNUDM), de 1982, mencionando a natureza marítima por excelência do Estado brasileiro, tanto pela extensão litorânea, quanto pela posição geográfica e pelo vasto acervo insular e arquipelágico.

Importa consignar, ainda, que a CNUDM determinou radical mudança na política marítima brasileira, com grande impacto na opinião pública, e que a emblemática mudança voluntária da extensão do mar territorial de 200 milhas, de imposição unilateral, para 12 milhas, conforme a fórmula derivada do consenso multilateral, apesar de significar grande avanço, foi de difícil intelecção política à época. Tratava-se do simplismo do juízo quantitativo: convém ressaltar, neste ponto, o notório prejuízo aparente, pois o Brasil iria beneficiar-se com o novo regime, de múltiplos aportes de direitos e de garantias econômicas, à época reais e potenciais, muito além das 12 milhas, derivados da zona contígua, da zona econômica exclusiva e da plataforma continental.

O(a) candidato(a) deve mencionar, nesse passo, cada um dos novos conceitos, explicitar sua terminologia, seus significados e suas abrangências, bem como destacar as vantagens que decorriam para o Brasil. Ainda, neste segmento, cumpre referir a ideia-força da Amazônia Azul e ressaltar sua importância geopolítica. Em seguida, ou não necessariamente nessa ordem, deve-se citar a exploração do pré-sal, não apenas valoroso em economia, com consequências importantes tanto na expressão soberana da nação como na sua política de defesa.

O(a) candidato(a) deve, ainda, mencionar, encaminhando-se à conclusão, que os avanços verificados no novo direito do mar irão projetar-se a espaços marinhos além de jurisdições nacionais, no alto mar e em seus fundos marinhos, com a consagração do conceito de bem comum da humanidade, *res communis omnium*, antes que *res nullius*, coisa de ninguém, conforme o Tratado do Alto Mar, ou o Acordo de Biodiversidade Marinha Além da Jurisdição Nacional (BBNJ), que entrou em vigor. O destaque à ratificação e à incorporação pelo Brasil desse importante instrumento, de recente registro, em prol da conservação e do uso sustentável dos recursos marinhos, deve complementar necessariamente a dissertação.

Cebraspe
Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos

CONCURSO PÚBLICO DE ADMISSÃO À CARREIRA DE DIPLOMATA

DIPLOMATA (TERCEIRO SECRETÁRIO)

Prova Escrita de Direito – Questão 3

Aplicação: 3/5/2026

PADRÃO DE RESPOSTA DEFINITIVO

Em relação ao primeiro quesito, espera-se que o(a) candidato(a) apresente os elementos que caracterizam o dever de não intervenção, que constitui um dos princípios que rege o Brasil nas suas relações internacionais (Constituição Federal, art. 4.º, inciso IV). Entre as referências mais conhecidas está a da Corte Internacional de Justiça (CIJ), segundo a qual o princípio da não intervenção refere-se ao "direito de cada Estado soberano de conduzir seus assuntos sem interferência externa" (Caso Nicarágua *versus* Estados Unidos, Julgamento de Mérito, 1986). No mesmo caso, a CIJ afirmou que a coerção define a intervenção proibida pelo direito internacional. É proibida a intervenção que afete assuntos sobre os quais cada Estado tem o direito de decidir livremente. Ao tratar do conteúdo do princípio, a CIJ lista como exemplos de áreas nas quais o Estado tem o direito de decidir livremente: a escolha de seus sistemas político, econômico, social e cultural; e a formulação de sua política externa (Caso Nicarágua, Mérito, 1986).

Quanto aos fundamentos, o(a) candidato(a) deve versar sobre as fontes de direito internacional que sustentam o referido princípio. Embora não esteja expressamente previsto na Carta das Nações Unidas, o princípio da não intervenção é compreendido como corolário do princípio da igualdade soberana dos Estados, expresso no art. 2 (1) da Carta de São Francisco. Esse entendimento é confirmado tanto pela doutrina quanto pela jurisprudência (Caso Nicarágua, Mérito, 1986). O princípio da não intervenção é considerado norma costumeira, consubstanciada por prática estatal generalizada e *opinio juris*. O(A) candidato(a) também pode referir-se a resoluções relevantes da Assembleia Geral das Nações Unidas sobre o tema, tais como a Resolução 2.131 (XX), que contém a Declaração sobre a Inadmissibilidade da Intervenção nos Assuntos Domésticos dos Estados e a Proteção de sua Independência e Soberania, e a Resolução 2.625 (XXI), que contém a Declaração sobre os Princípios de Direito Internacional concernentes às Relações Amigáveis e à Cooperação entre os Estados.

Em relação ao segundo quesito, o(a) candidato(a) deve abordar, com base em argumentos jurídicos, a aplicação do princípio da não intervenção à situação de sanções econômicas ou medidas coercitivas unilaterais. Embora não haja consenso, parte considerável da doutrina avalia que as medidas coercitivas unilaterais violam o princípio da não intervenção. Em geral, há maior consenso quanto à incompatibilidade do referido princípio com as medidas coercitivas que afetam assuntos internos dos Estados. Especialmente nos casos de aplicação extraterritorial de normas para efetivar sanções econômicas, entende-se que há violação da soberania e da jurisdição nacional — as quais estão diretamente associadas ao princípio da não intervenção.

O(A) candidato(a) deve abordar, com base em argumentos jurídicos, a aplicação do princípio da não intervenção ao uso das tecnologias da informação e comunicação (TIC) pelos Estados. Costuma-se considerar que o princípio da não intervenção se aplica independentemente dos meios utilizados por um Estado para intervir em assuntos internos de outro. O referido princípio estende-se, portanto, ao uso das TIC pelos Estados. Esse entendimento foi referendado, por exemplo, por grupo de peritos da ONU dedicado ao assunto (Relatório do Grupo de Peritos Governamentais sobre os Avanços na Informação e nas Telecomunicações no Contexto da Segurança Internacional, U.N. Doc. A/70/174, 22 de julho de 2015).

Cebraspe
Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos

CONCURSO PÚBLICO DE ADMISSÃO À CARREIRA DE DIPLOMATA

DIPLOMATA (TERCEIRO SECRETÁRIO)

Prova Escrita de Direito – Questão 4

Aplicação: 3/5/2026

PADRÃO DE RESPOSTA DEFINITIVO

Inicialmente, o(a) candidato(a) deve assinalar que a Constituição Federal de 1988 (CF), embora atribua a condução da política externa ao Poder Executivo, reserva ao Poder Legislativo a apreciação de tratados, acordos ou atos internacionais para fins da necessária autorização à ratificação pelo presidente da República. O(A) candidato(a) deve aduzir, ainda, que se trata de chancela legislativa clássica nas democracias modernas, conforme o princípio de freios e contrapesos (*checks and balances*, no modelo do constitucionalismo norte-americano). Além disso, cabe destacar a disposição da CF, em seu paradigmático art. 49, inciso I, que estipula a competência do Congresso Nacional para "resolver definitivamente sobre tratados, acordos e atos internacionais gravosos ao patrimônio nacional".

Quanto às fases e às formas de tramitação, a partir da mensagem presidencial, cumpre referir que a matéria é deliberada separadamente, a começar pelo exame na Câmara dos Deputados e depois no Senado Federal, para efeitos de aprovação de decreto legislativo autorizativo à promulgação e à ratificação finais. Os aspectos considerados em ambas as casas, desde suas comissões de relações exteriores, dizem respeito precipuamente à conveniência e à oportunidade do ato internacional em apreço, bem como acerca de sua compatibilidade e adequação ao ordenamento jurídico interno.

Por fim, incumbe situar a tramitação do Acordo MERCOSUL/União Europeia no Congresso Nacional brasileiro. Essa tramitação comporta peculiaridades, pela própria natureza das partes contratantes, que não figuram como Estados, mas como blocos econômicos. Não obstante tenha o MERCOSUL personalidade jurídica própria de direito internacional (vide art. 34 do Protocolo de Ouro Preto), a natureza intergovernamental do bloco obriga a se proceder à internalização de suas normas. No caso brasileiro, ocorre a tramitação no Congresso Nacional para fins de ratificação, como determina também o art. 42 do Protocolo de Ouro Preto: "as normas do MERCOSUL deverão, quando necessário, ser incorporadas pelos procedimentos previstos na legislação de cada país". Incumbe citar, ainda, que, no caso brasileiro, a necessidade mencionada na normativa mercosulina decorre do comando do art. 49, inciso I, da CF, que obriga a chancela legislativa para atos internacionais que criem compromissos gravosos.

Cebraspe
Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos

CONCURSO PÚBLICO DE ADMISSÃO À CARREIRA DE DIPLOMATA

DIPLOMATA (TERCEIRO SECRETÁRIO)

Prova Escrita de Economia – Questão 1

Aplicação: 2/5/2026

PADRÃO DE RESPOSTA DEFINITIVO

A função de produção representa a relação tecnológica que associa combinações de insumos — tipicamente trabalho e capital — ao nível máximo de produto que a firma pode obter, refletindo a fronteira tecnológica disponível. Essa relação é central para a determinação da produtividade marginal dos fatores e da estrutura de custos. No curto prazo, a presença de fatores fixos implica a vigência da lei dos rendimentos marginais decrescentes, segundo a qual o produto marginal do fator variável tende a diminuir à medida que sua utilização aumenta, elevando o custo marginal. No longo prazo, com todos os fatores variáveis, a firma pode ajustar sua escala produtiva e operar sob diferentes retornos de escala. Retornos crescentes implicam economias de escala, com redução do custo médio e possíveis vantagens competitivas associadas a indivisibilidades tecnológicas e custos fixos elevados; retornos constantes indicam proporcionalidade entre insumos e produto; e retornos decrescentes refletem deseconomias de escala, como problemas de coordenação, que elevam custos médios e limitam a expansão eficiente.

A elasticidade-preço da oferta mede a sensibilidade da quantidade ofertada às variações de preço e está diretamente associada à estrutura de custos derivada da função de produção, em especial à inclinação do custo marginal. Em contextos de maior flexibilidade produtiva, disponibilidade de capacidade ociosa e facilidade de ajuste dos fatores, a oferta tende a ser mais elástica. Por outro lado, restrições tecnológicas e presença de fatores fixos tornam a oferta mais inelástica, sobretudo no curto prazo. No longo prazo, a possibilidade de ajuste da escala produtiva amplia essa elasticidade. A presença de retornos crescentes de escala pode permitir expansão da produção com redução dos custos médios, ampliando a capacidade de resposta, enquanto retornos decrescentes tendem a restringi-la.

As estruturas de mercado condicionam a forma como as firmas transformam custos em preços e quantidades. Na concorrência perfeita, a ausência de poder de mercado implica que as firmas sejam tomadoras de preço e produzam até o ponto em que o preço se iguala ao custo marginal (P = CM), condição que garante eficiência alocativa, uma vez que o preço reflete o custo marginal social, e eficiência produtiva, dado que a produção ocorre ao menor custo possível. Em estruturas com poder de mercado, como o monopólio, a formação de preços deixa de refletir diretamente as condições tecnológicas de produção, uma vez que a firma define preços com base em uma regra de *mark-up* sobre o custo marginal. A maximização de lucros implica a escolha de uma quantidade tal que a receita marginal se iguale ao custo marginal (RM = CM), o que, sob demanda negativamente inclinada, resulta em preços superiores ao custo marginal (P > CM). A magnitude desse *mark-up* está inversamente relacionada à elasticidade-preço da demanda, conforme formalizado pelo índice de Lerner. Como consequência, há ruptura da eficiência alocativa, pois o preço deixa de sinalizar o custo marginal, gerando subprodução e perda de peso morto. No oligopólio, a interdependência estratégica entre poucas firmas torna o processo de decisão mais complexo, uma vez que cada firma leva em consideração as reações dos concorrentes. Modelos, como Cournot, baseados na escolha de quantidades, e Bertrand, baseados na competição de preços, mostram que os resultados podem variar entre situações próximas à concorrência perfeita e ao monopólio, conforme as hipóteses sobre comportamento estratégico e estrutura de custos. A presença de barreiras à entrada e de economias de escala — frequentemente associadas a retornos crescentes — tende a sustentar estruturas concentradas e maior poder de mercado. Além disso, a possibilidade de colusão, explícita ou tácita, pode levar à coordenação de preços e quantidades, aproximando o resultado do monopólio e ampliando as perdas de bem-estar.

A interação entre função de produção, elasticidade da oferta e estrutura de mercado é central para compreender os resultados econômicos. A função de produção define a tecnologia e os custos, que determinam a forma da curva de oferta e sua elasticidade. Em mercados competitivos, preços refletem diretamente os custos marginais, e a oferta responde de maneira mais sensível às condições tecnológicas. Em mercados com poder de mercado, a presença de *mark-ups* rompe a ligação direta entre custos e preços, reduzindo a sensibilidade da quantidade ofertada às variações de preço e alterando os incentivos produtivos. No caso do oligopólio, além das restrições tecnológicas, a resposta da oferta é condicionada por estratégias de interação entre firmas, podendo resultar em níveis de produção inferiores aos socialmente eficientes. Dessa forma, a análise integrada desses elementos evidencia como tecnologia, custos, elasticidade e estrutura de mercado determinam preços, quantidades e grau de eficiência econômica, tanto do ponto de vista produtivo quanto alocativo.

Cebraspe
Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos

CONCURSO PÚBLICO DE ADMISSÃO À CARREIRA DE DIPLOMATA

DIPLOMATA (TERCEIRO SECRETÁRIO)

Prova Escrita de Economia – Questão 2

Aplicação: 2/5/2026

PADRÃO DE RESPOSTA DEFINITIVO

Eugênio Gudin se tornou ministro da Fazenda em agosto de 1954 e buscou atacar aqueles que eram considerados os dois maiores problemas econômicos na época:

a) a inflação — considerada um problema econômico porque: (i) levava à perda de poder de compra da população; (ii) distorcia preços relativos; (iii) levou a uma valorização real da moeda nacional e, consequentemente, perda de competitividade de produtos nacionais no exterior, prejudicando o equilíbrio do balanço de pagamentos;

b) a crise no balanço de pagamentos ou cambial — considerada um problema econômico porque: (i) desde que o país buscou se industrializar, por meio de uma política de substituição de importações, e usar a política cambial e tarifária para isso, ele apresentava forte demanda de importação de bens de capital e intermediários, enquanto sua pauta exportadora (concentrada no café) era suscetível a oscilações de preço e de demanda externa; (ii) a valorização real da moeda nacional favorecia o aumento das importações e prejudicava o desempenho das exportações; (iii) havia baixas reservas internacionais; (iv) havia dificuldade de acesso a financiamento e mercados de capital devido a atrasos cambiais; (v) o sistema cambial artificial provocava distorções alocativas.

Gudin defendia políticas de contração monetária e fiscal para contrair a demanda e combater a inflação. Em suas próprias palavras: "Uma redução substancial dos investimentos e (...) uma cessação do aumento do consumo (...) sustentadas por injeções monetárias cujo ritmo importa, urgentemente, reduzir". Dessa forma, o economista propunha um programa de austeridade que incluía: restrição de crédito, redução de gastos e enxugamento da liquidez monetária.

Já para a crise de balanço de pagamentos, Gudin buscou acesso a novos financiamentos para enfrentar a situação externa e propôs a Instrução n.º 113 da SUMOC, que visava favorecer a entrada de capital estrangeiro. Gudin reduziu ainda o subsídio ao petróleo, visando reduzir as despesas governamentais e o efeito multiplicador que tinham sobre o preço, além de aumentar as receitas sob intermédio do ágio sobre a gasolina.

A Instrução n.º 108 aumentou o compulsório e obrigou que este ficasse retido na SUMOC, e não mais no Banco do Brasil. Ao aumentar o compulsório, pôs em prática uma medida clássica de contração monetária e de crédito. Ao obrigar a retenção do compulsório na SUMOC e não no Banco do Brasil, evitou uma distorção que existia na época, causada pela ambiguidade no papel do Banco do Brasil, que exercia, simultaneamente, papel de executor da política monetária e de banco comercial.

Cebraspe
Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos

CONCURSO PÚBLICO DE ADMISSÃO À CARREIRA DE DIPLOMATA

DIPLOMATA (TERCEIRO SECRETÁRIO)

Prova Escrita de Economia – Questão 3

Aplicação: 2/5/2026

PADRÃO DE RESPOSTA DEFINITIVO

A moeda desempenha papel central nas economias modernas, não apenas como instrumento de troca, mas como instituição que organiza as relações econômicas, contratuais e financeiras. Suas funções — meio de troca, meio de pagamento, unidade de conta e reserva de valor — estruturam o funcionamento do sistema econômico. Como meio de troca, a moeda elimina as fricções do escambo, reduz custos de transação e viabiliza a especialização produtiva. Ao permitir a separação entre compra e venda, sustenta a divisão do trabalho e o funcionamento dos mercados, sendo amplamente aceita em virtude de seu reconhecimento institucional e social. Como meio de pagamento, a moeda possui função jurídica fundamental, sendo o ativo utilizado para a liquidação definitiva de obrigações. Trata-se do instrumento que extingue dívidas, o que decorre, em grande medida, de sua definição pelo Estado como meio de pagamento legal, especialmente para a quitação de tributos. Dessa forma, a moeda estrutura as relações de crédito e débito na economia. Como unidade de conta, a moeda exerce função estruturante ao servir de referência para a denominação de preços, ativos, passivos e contratos. Nesse sentido, ela organiza o sistema econômico ao longo do tempo. Destaca-se, nesse contexto, o papel dos contratos de trabalho, que constituem o principal vínculo econômico da sociedade e o núcleo da geração de renda. Os salários, definidos em termos monetários, sustentam a demanda agregada e a reprodução do sistema produtivo. Assim, a moeda é socialmente validada pelos contratos — especialmente o contrato de trabalho — que garantem sua aceitação generalizada como referência de valor e instrumento de liquidação. Como reserva de valor, a moeda permite a transferência de poder de compra ao longo do tempo, embora essa função dependa da estabilidade de preços. Em contextos inflacionários, sua capacidade de preservação de riqueza é reduzida, levando os agentes a buscar ativos alternativos. Ainda assim, a moeda permanece como o ativo de maior liquidez, sendo essencial para a gestão da incerteza, conforme destacado pela teoria da preferência pela liquidez.

No que se refere à criação de moeda, o Banco Central atua no processo como monopolista da base monetária, controlando a emissão de moeda física e das reservas bancárias. Por meio de instrumentos de política monetária, como operações de mercado aberto, exigências de reservas e definição da taxa básica de juros, o Banco Central regula a liquidez do sistema financeiro. Entretanto, a maior parte da moeda em circulação é criada pelos bancos comerciais, por meio da concessão de crédito. Ao conceder empréstimos, os bancos criam simultaneamente depósitos, expandindo os meios de pagamento na economia. Trata-se de um processo endógeno, condicionado pela demanda por crédito, pelas condições de solvência e pelas restrições regulatórias.

A distribuição da moeda ocorre por meio do sistema financeiro e da intermediação bancária, sendo direcionada pelas decisões de crédito, consumo e investimento. O sistema bancário, portanto, desempenha papel central na alocação de recursos e na dinâmica econômica.

Por fim, a moeda afeta a economia por meio de um canal de transmissão monetária. A atuação do Banco Central altera as condições de liquidez do sistema, influenciando as taxas de juros de mercado. A redução das taxas de juros tende a estimular o crédito, o consumo e o investimento, elevando o nível de atividade econômica. Em sentido oposto, a restrição de liquidez eleva as taxas de juros e desestimula a demanda agregada. Assim, a política monetária atua como instrumento central de estabilização macroeconômica.

Dessa forma, a moeda deve ser compreendida como uma instituição que organiza contratos, viabiliza o crédito, sustenta a demanda e constitui um dos principais mecanismos de transmissão das condições econômicas.

Cebraspe
Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos

CONCURSO PÚBLICO DE ADMISSÃO À CARREIRA DE DIPLOMATA

DIPLOMATA (TERCEIRO SECRETÁRIO)

Prova Escrita de Economia – Questão 4

Aplicação: 2/5/2026

PADRÃO DE RESPOSTA DEFINITIVO

Termos de troca correspondem à relação entre os preços dos produtos exportados e os preços dos produtos importados de um país. A deterioração desses termos significa que essa relação cai com o tempo, exigindo um volume de exportações (em quantidade ou em receitas) para comprar a mesma quantidade de importações — ou seja, um país precisa exportar cada vez mais para continuar importando um mesmo nível de produtos.

A elasticidade-renda da demanda (E) é dada pela divisão da variação percentual da quantidade demandada pela variação percentual da renda (ou em termos de derivada $\xi_D^R = \frac{\partial Q}{\partial Y}\frac{Y}{Q}$ ou, ainda, $\xi_D^R = \frac{\%\,\Delta Q}{\%\,\Delta Y}$). Quando E < 1, tem-se um bem inferior em relação à renda. Quando E > 1, tem-se um bem superior em relação à renda. E < 1 significa que aumentos de renda não levam a aumentos proporcionais na quantidade demandada. Esse é o caso de muitos dos bens primários e alimentícios, por isso sua demanda apresenta ponto de saturação. Em outras palavras, um aumento na renda global não leva a um aumento na demanda desses bens.

A teoria ricardiana do comércio internacional argumentava que, se os países se especializassem naquilo em que eles têm vantagem comparativa, o comércio poderia levar a ganhos de eficiência a todos. Entretanto, a crítica de Prebisch e da CEPAL argumenta que tal teoria não levou em consideração padrões de demanda nem de termos de troca de longo prazo e que suas recomendações levariam alguns países a se especializar em produtos primários que apresentam demandas renda-inelásticas e que, portanto, a demanda por esses produtos não acompanha os aumentos de renda mundial, enquanto suas importações provavelmente não apresentam o mesmo padrão. Dessa forma, esse tipo de especialização levaria a um padrão de deterioração de termos de troca a esses países, sendo, portanto, prejudicial em longo prazo.

Cebraspe
Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos

CONCURSO PÚBLICO DE ADMISSÃO À CARREIRA DE DIPLOMATA

DIPLOMATA (TERCEIRO SECRETÁRIO)

Prova Escrita de Língua Espanhola – Resumo

Aplicação: 3/5/2026

PADRÃO DE RESPOSTA DEFINITIVO

El multilateralismo se define como una estructura de cooperación entre tres o más Estados cuya esencia trasciende lo numérico para consolidarse como un proyecto político basado en normas colectivas y valores de inclusión y solidaridad. Estas normas, diseñadas de forma conjunta, garantiza la equidad en derechos y obligaciones, estableciendo no solo un método de trabajo, sino la arquitectura fundamental del sistema internacional actual.

En la contemporaneidad, el multilateralismo es el pilar de la gobernanza global y tiene su máxima representación en la Organización de las Naciones Unidas, cuya Carta constituye el eje del orden internacional. Dicho documento rige la defensa de la paz, la dignidad humana y el Estado de derecho en todo el mundo.

La ONU actúa como un espacio donde los Estados Miembros alcanzan acuerdos y toman decisiones colectivas. Su propósito es armonizar esfuerzos para prevenir conflictos, fomentar relaciones amistosas basadas en la igualdad y promover la cooperación internacional en diversos ámbitos. También busca resolver problemas económicos, sociales, culturales y humanitarios, además de fortalecer el respeto por los derechos fundamentales.

El multilateralismo ha generado resultados concretos, como la erradicación de la viruela y acuerdos internacionales sobre control de armas y derechos humanos. Desde la fundación de la ONU, en 1945, tras la Segunda Guerra Mundial, la prioridad de la organización ha sido salvaguardar la seguridad internacional mediante la resolución pacífica de controversias. Para cumplir este objetivo, el Consejo de Seguridad y la Asamblea General priorizan la mediación, entendiendo que hoy ningún país es capaz de resolver los retos globales de forma aislada.

En conclusión, la diplomacia desempeña un papel clave al prevenir tensiones antes de que se conviertan en conflictos. Su carácter preventivo fortalece los esfuerzos internacionales por la paz. En este sentido, la ONU estableció el Día Internacional del Multilateralismo y la Diplomacia para la Paz, con el fin de promover estos valores mediante la educación y la concienciación pública.

Cebraspe
Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos

CONCURSO PÚBLICO DE ADMISSÃO À CARREIRA DE DIPLOMATA

DIPLOMATA (TERCEIRO SECRETÁRIO)

Prova Escrita de Língua Espanhola – Versão

Aplicação: 3/5/2026

PADRÃO DE RESPOSTA DEFINITIVO

La ONU recuerda a las víctimas de la esclavitud en un evento en la Asamblea General

Una ceremonia de la Asamblea General, celebrada este lunes, celebró el Día Internacional en Memoria de las Víctimasde la Esclavitud y del Comercio Transatlántico de Esclavos, observado el 25 de marzo.

El secretario general, António Guterres, destacó lo que denominó la "industria de la esclavitud", que representó "el mayor episodio de migración forzada de la historia humana". Según el líder de las Naciones Unidas, el comercio de esclavos "arrasó el continente africano, retrasando el desarrollo de la región durante siglos". Él trazó un paralelo entre la explotación de la era colonial y las desigualdades socioeconómicas actuales. Para Guterres, la esclavitud representa un "trauma transgeneracional".

Por su parte, el presidente de la Asamblea General, Csaba Kőrösi, reforzó la importancia de crear, a través de la educación, una cultura de "respeto a las víctimas" y el "deber de la memoria". También propuso la difusión de historias de resistencia como la del líder Zumbi dos Palmares, de Brasil.

Por primera vez, para celebrar la fecha en la Asamblea General, una brasileña estuvo en el podio: la filósofa Djamila Ribeiro, quien recordó que Brasil fue el último país de las Américas en abolir la esclavitud. Según ella, el mito de la "democracia racial" dificultó la lucha de la población negra por memoria y verdad, siendo necesario un entendimiento real del tema.

Djamila Ribeiro afirmó que "acciones correctivas, como políticas de reparación, fueron postergadas durante décadas". La exprofesora universitaria comentó que, en el país, la expresión "dejar el pasado atrás" formó parte de una estrategia ideológica para negar el racismo, desconsiderando la opresión y los daños causados a la población negra. Para la escritora, los ecos del pasado esclavista reverberan en los discursos de odio en las redes sociales.

Para el secretario general de la ONU, el racismo debe entenderse como legado de la esclavitud y ser combatido por todos. También destacó historias de lucha y resistencia, como la de la reina Ana Nzinga de Ndongo, de la actual Angola. Recordó el papel de la líder africana como inspiración para diversos movimientos de independencia.

Cebraspe
Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos

CONCURSO PÚBLICO DE ADMISSÃO À CARREIRA DE DIPLOMATA

DIPLOMATA (TERCEIRO SECRETÁRIO)

Prova Escrita de Língua Francesa – Resumo

Aplicação: 3/5/2026

PADRÃO DE RESPOSTA DEFINITIVO

Multilatéralisme

Le multilatéralisme est une action collective qui implique une résolution de problèmes également collective, permettant aux nations d´envisager des défis plus complexes. Ainsi, les Nations Unies sont fondamentales pour le dialogue, la coopération et l´action collective visant les questions globales telles que la paix, la sécurité, le climat et les droits humains. L'origine historique du multilatéralisme remonte aux premières sociétés qui s´organisent autour des interactions politiques, commerciales et financières. En 1648, les traités de Westphalie donnent une nouvelle forme à celui-ci en mettant fin aux guerres de l´époque et les accords de paix signés dans les villes allemandes de Münster et d´Osnabrück inaugurent les relations internationales modernes. Si le XIXème siècle connait de nouvelles étapes en considérant la complexité des relations internationales, le XXème siècle va formaliser le multilatéralisme avec la création de la Société des Nations en 1920. Ce n´est qu´en 1945, après la Seconde Guerre mondiale, que l´Organisation des Nations unies est créée avec 51 États Membres pour promouvoir la paix, la croissance économique et les droits humains. Son développement passe par la création d´agences spécialisées, d´organisations régionales et d´accords internationaux. L´ONU va donc incarner les principes du multilatéralisme pour relever les défis mondiaux. Son engagement peut être perçu dans son Programme de développement durable à l´horizon 2030 adopté par tous ses États Membres en 2015. Ce Programme s´attaque aux causes profondes de la pauvreté, du dérèglement climatique et des inégalités en proposant une vision commune et des objectifs concrets. Il mobilise autant les gouvernements que la société civile et les entreprises en vu d´un avenir durable.

Cebraspe
Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos

CONCURSO PÚBLICO DE ADMISSÃO À CARREIRA DE DIPLOMATA

DIPLOMATA (TERCEIRO SECRETÁRIO)

Prova Escrita de Língua Francesa – Versão

Aplicação: 3/5/2026

PADRÃO DE RESPOSTA DEFINITIVO

Segue uma versão possível do texto fiel às ideias, ao registro de linguagem e ao grau de especialização do vocabulário do texto de partida.
É importante ressaltar que variações tradutórias são aceitas desde que não modifiquem o conteúdo e o registro de linguagem do texto de partida.

L'ONU rend hommage aux victimes de l'esclavage lors d'un événement à l'Assemblée générale

Une cérémonie de l'Assemblée générale, qui s'est tenue ce lundi, a marqué la Journée internationale en mémoire des victimes de l'esclavage et de la traite transatlantique des esclaves, célébrée le 25 mars.

Le secrétaire général, António Guterres, a mis en avant ce qu'il a qualifié d'« industrie de l'esclavage », qui a représenté « le plus grand épisode de migration forcée de l'histoire de l'humanité ». Selon le secrétaire général des Nations Unies, le commerce d´esclaves « a ravagé le continent africain, retardant le développement de la région pendant des siècles ». Il a établi un parallèle entre l'exploitation de l'ère coloniale et les inégalités socio-économiques d'aujourd'hui. Pour M. Guterres, l'esclavage représente un « traumatisme transgénérationnel ».

De son côté, le président de l'Assemblée générale, Csaba Korosi, a souligné l'importance de créer, par le biais de l'éducation, une culture du « respect des victimes » et le « devoir de mémoire ». Il a également proposé de diffuser des récits de résistance, comme celui du leader Zumbi dos Palmares, au Brésil.

Pour la première fois, afin de marquer cette date à l'Assemblée générale, une Brésilienne est montée à la tribune : la philosophe Djamila Ribeiro, qui a rappelé que le Brésil a été le dernier pays des Amériques à abolir l'esclavage. Selon elle, le mythe de la « démocratie raciale » a entravé la lutte de la population noire pour la mémoire et la vérité, et il est nécessaire d'avoir une réelle compréhension du sujet.

Djamila Ribeiro a déclaré que « les mesures correctives, telles que les politiques de réparation, ont été reportées pendant des décennies ». L'ancienne professeure d'université a fait remarquer que, dans le pays, l'expression « laisser le passé derrière soi » s'inscrivait dans une stratégie idéologique visant à nier le racisme, en occultant l'oppression et les préjudices subis par la population noire. Pour l'écrivaine, les échos du passé esclavagiste se répercutent dans les discours de haine sur les réseaux sociaux.

Pour le secrétaire général de l'ONU, le racisme doit être compris comme l'héritage de l'esclavage et combattu par tous. Il a également mis en avant des histoires de lutte et de résistance, comme celle de la reine Ana Nzinga de Ndongo, dans l'actuel~~le~~ Angola. Il a rappelé le rôle de cette leader africaine en tant que source d'inspiration pour divers mouvements d'indépendance.

Cebraspe
Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos

CONCURSO PÚBLICO DE ADMISSÃO À CARREIRA DE DIPLOMATA

DIPLOMATA (TERCEIRO SECRETÁRIO)

Prova Escrita de Geografia – Questão 1

Aplicação: 26/4/2026

PADRÃO DE RESPOSTA DEFINITIVO

O rótulo geografia é antigo, remonta à Antiguidade Clássica, todavia, até o final do século XVIII, não era possível falar de pensamento geográfico. A geografia foi sistematizada enquanto ciência no século XIX. Para tanto, os estudos de Alexander Von Humboldt e Karl Ritter foram fundamentais. Desde então, diferentes correntes teóricas predominaram sobre seus pressupostos, suas categorias de análise e seus métodos. As mudanças de correntes não ocorreram de forma instantânea, sendo resultado de distintos eventos históricos que culminaram na transformação das formas de compreender o espaço geográfico e a ação da sociedade. Entre as principais correntes, estão a geografia positivista (ou tradicional), a geografia teorética quantitativa e a geografia crítica.

A geografia tradicional foi desenvolvida entre o século XIX e início do século XX, com marcada influência positivista, de modo que o cientista era um observador da aparência visível dos fenômenos e descrevia detalhadamente suas observações. O ser humano aparecia como um elemento a mais da paisagem, reduzido a um fator que integrava um conjunto maior de fatores. Paisagem e região eram importantes categorias de análise, porém ainda havia indefinição sobre o objeto de estudo, por isso a geografia era entendida como ciência de síntese, que deveria organizar os conhecimentos produzidos por outras ciências. Nessa corrente, há destaque para Friedrich Ratzel, ~~e~~ Paul Vidal de La Blache, Alfred Hettner e Richard Hartshorne ~~com as teorias do determinismo geográfico e do possibilismo, respectivamente~~. O determinismo geográfico de Friedrich Ratzel, em conjunto com conceito de "espaço vital", foi instrumento de legitimação dos desígnios expansionistas alemães. A teoria do possibilismo, criada por La Blache, entendia a natureza como possibilidade para a ação humana. A partir do conceito de "gênero de vida", que exprimia a relação entre a população e os recursos disponíveis, o geógrafo francês defendia que o progresso era definido pela relação entre sociedades com gêneros de vida diferentes. Alfred Hettner e Richard Hartshorne contribuíram para a sistematização do método regional, estabelecendo a geografia como uma ciência corológica, focada na diferenciação de áreas e na integração de fenômenos singulares no espaço.

A complexificação das sociedades, atravessadas por processos, como acumulação capitalista, industrialização e urbanização, fez com que a geografia tradicional deixasse de ser suficiente para explicar as dinâmicas em curso. Houve, então, a passagem de uma geografia tradicional, que levantava informações para legitimar as expansões imperialistas, para uma geografia teorética, que passou a orientar as estratégias de alocação do capital no espaço terrestre.

A geografia teorética, também chamada de pragmática ou quantitativa, sob influências neopositivistas, foi marcada pela realização de um processo de instrumentalização da geografia, com busca por novas técnicas e por uma nova linguagem para corresponder a demandas de planejamento. ~~Ainda sem um objeto de estudo claramente definido~~ O espaço já tinha centralidade nas análises, porém aparecia de forma mais abstrata, a atenção foi voltada para o tratamento de dados estatísticos, correlações matemáticas e procedimentos indutivos, além de teorias dos sistemas que utilizaram modelos de representação e explicação para tratar temas geográficos. Esse cenário implicou um empobrecimento do grau de concretude do pensamento geográfico. Todavia, a corrente também teve importantes contribuições para o pensamento geográfico, como, por exemplo, a Teoria dos Lugares Centrais de Walter Christaller, que é referência para pensar temas como rede e hierarquia urbana. A corrente foi utilizada pelo Estado como arma de dominação em defesa dos interesses de classe. Sob a roupagem da neutralidade científica e mascarando as contradições sociais, o planejamento serviu para manutenção da realidade existente.

~~Entre as décadas de 70 e 80 do século XX, emergiu a~~ A geografia crítica~~, que~~ estabeleceu uma crítica radical ao empirismo exacerbado da geografia tradicional e à quantificação matemática e à suposta neutralidade defendidas pela geografia teorética. A partir de influências do pensamento marxista, e aliando teoria e prática, os autores da geografia crítica se posicionaram a favor da transformação da realidade social e entenderam o saber científico como uma arma desse processo. As contribuições de Yves Lacoste, David Harvey e Milton Santos foram importantes para a renovação da ciência. Yves Lacoste criticou a forma como historicamente a geografia foi utilizada para dominação da burguesia. David Harvey articulou o marxismo e a análise espacial, refletindo como as relações capitalistas de produção constroem o espaço geográfico. Por sua vez, Milton Santos argumentou que é necessário discutir o espaço social como um campo de forças cuja energia é a dinâmica social. Segundo o autor, as diferenças entre os lugares são naturais e históricas, e a variação da organização do espaço é fruto de uma acumulação desigual de tempo. Nesse sentido, o processo de modernização não atinge todos os lugares ao mesmo tempo e obedece à lógica do capital. A renovação disciplinar também ocorreu por meio de campos como a Geografia Cultural e a Geografia Humanista, fortemente influenciada pela fenomenologia; e da redefinição de categorias como paisagem, território, lugar e região.

A corrente da geografia crítica foi responsável por eleger o espaço geográfico como objeto de estudo da geografia, incorporando dimensões sociais, econômicas, políticas e culturais em suas análises. A partir de Milton Santos, é possível

entender o espaço geográfico como um conjunto indissociável de sistema de objetos e sistema de ações, um produto e uma condicionante das relações sociais, mediador das relações de dominação de classes e de poder, que reúne um acúmulo de tempos desiguais e é marcado por ~~desigualdades e~~ contradições. O autor propôs compreender o espaço geográfico a partir das categorias analíticas: forma, função, processo e estrutura; e apresentou o conceito de meio técnico-científico-informacional (MTCI) para refletir sobre a transformação do espaço geográfico. Em suma, ele não pode ser entendido separado da formação social; espaço geográfico e sociedade formam um conjunto dialético. Portanto, foi no século XX que a geografia consolidou sua importância na produção científica de conhecimento, sendo reconhecida como a ciência do espaço.

Cebraspe
Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos

CONCURSO PÚBLICO DE ADMISSÃO À CARREIRA DE DIPLOMATA

DIPLOMATA (TERCEIRO SECRETÁRIO)

Prova Escrita de Geografia – Questão 2

Aplicação: 26/4/2026

PADRÃO DE RESPOSTA DEFINITIVO

1 Existem diferentes processos que interferem na formação e na funcionalidade do limite e da fronteira entre unidades espaciais soberanas. Embora distintos, esses processos compartilham um mesmo catalisador, o conteúdo do território e as instituições que o regem. Para constituir-se, o Estado deve reunir três características essenciais: a população, o território e o governo, este considerado a autoridade soberana. A fronteira seria o lugar onde nascem o território e a identidade. No caso brasileiro, o art. 20, § 2º, da Constituição Federal de 1988 é regulamentado pela Lei n.º 6.634/1979, que define a faixa de fronteira como a porção de 150 km de largura paralela aos limites terrestres nacionais, considerada indispensável à segurança e ao desenvolvimento do País. Na escala global, o debate atual sobre o significado de fronteira tende a associar-se particularmente aos movimentos de integração de Estados nacionais com base na formação de blocos econômicos. Enquanto, no senso comum, a ideia de fronteira é quase sempre associada a limite, no campo das ideias, os termos apresentam diferenças significativas entre si. Na literatura sobre essa problemática, os termos limite e fronteira não guardam o mesmo sentido, embora tenham sido assimilados com a evolução da cartografia e mais concretamente com o Estado moderno. Supõe-se que a identificação entre limite e fronteira internacional decorra provavelmente da mobilidade e da imprecisão cartográfica que, na maior parte do tempo, acompanharam o desenvolvimento das sociedades. Desde então, as demarcações lineares que manifestam uma realidade política territorial diferenciada estariam associadas à noção de fronteira. Por demarcação linear, entende-se a fixação da linha limite com a implantação de marcos sobre o terreno, o que permite identificar o fim ou começo de um domínio político territorial, passando o limite a compreender a linha de controle legal de um Estado-nação, ao passo que a fronteira é tida como zona geográfica entre dois sistemas estatais diferenciados.

2 Fronteiras naturais são aquelas definidas por elementos geográficos e naturais, como rios, montanhas ou desertos, que servem como limites entre diferentes regiões ou países. Um exemplo clássico de fronteira natural é a tríplice fronteira Brasil-Paraguai-Argentina, demarcada pelos rios Paraná e Iguaçu. É necessário destacar que o conceito de fronteiras naturais utilizado para designar fronteiras fluviais, montanhosas, climáticas ou litorâneas não satisfaz à complexidade desses marcos, pois não há nada de "dado pronto" pela natureza ao ser humano, nada de imposto à política pela geografia. É inútil repetir fórmula tantas vezes consumada como a de que "seus limites são marcados pela natureza", pois, de fato, a natureza não é senão uma máscara: a máscara de uma velha realidade histórica e política da qual os homens, após séculos, mantiveram a lembrança. A fronteira artificial é resultado da ascensão e queda de muitos impérios, potências e países que modificaram as fronteiras mundiais, comportando o nascimento e(ou) morte de Estados-nação, sobretudo os europeus. Compreende-se também que as fronteiras artificiais são aquelas estabelecidas pela ação humana e convenção política entre Estados, sem o aproveitamento de elementos naturais sendo demarcadas por meridianos, paralelos, linhas geodésicas ou marcos geográficos. Da mesma forma, grande parte da literatura tende a enfatizar a forte ligação entre as estruturas linguísticas e culturais e a formação de fronteiras nacionais. Muitas vezes, povos artificialmente separados formaram novas nações, independentemente dos limites sociais que lhes haviam sido atribuídos pelos colonizadores. Não obstante, os mesmos limites foram alterados com o passar dos anos, até a configuração mundial que vemos atualmente. Como exemplos de fronteiras artificiais, podemos citar as fronteiras de países africanos a partir da definição do Congresso de Viena (século XIX), a fronteira entre as duas Coreias (Norte e Sul), que se configura como zona militarizada, as fronteiras entre Israel e os territórios palestinos, as fronteiras entre os territórios de população turca e grega na Ilha do Chipre, entre outras.

3 Os condicionantes geográficos desempenham um papel fundamental na integração regional, atuando tanto como barreiras quanto como facilitadores para a cooperação entre países. Na América do Sul, por exemplo, fatores físicos influenciam diretamente os custos de comunicação e a livre circulação de bens e pessoas. Limitantes: barreiras naturais, como a Cordilheira dos Andes e as grandes bacias hidrográficas (Amazônica) dificultam a construção de infraestruturas conectivas (estradas, ferrovias), o que aumenta os custos de transporte. Facilitadores: a proximidade geográfica ou a posição em um território facilita a troca comercial, enquanto a centralidade ou periferia no sistema-mundo influencia o ritmo da integração. A presença de fronteiras contíguas facilita a criação de blocos econômicos (como o MERCOSUL) e a criação de infraestruturas de transporte, pois favorece o comércio e a circulação de pessoas. A integração, portanto, busca superar as barreiras físicas mediante a "integração física" (infraestruturas), de maneira a transformar espaços nacionais contíguos em um espaço regional unificado.

4 Os condicionantes políticos são fatores determinantes na integração regional, atuando tanto como impulsionadores quanto como barreiras, moldando o ritmo e a profundidade da cooperação entre os países. A integração regional na

América do Sul, por exemplo, não é apenas um projeto econômico, mas uma iniciativa movida por interesses políticos, ideológicos e geopolíticos. As relações políticas entre países baseiam-se em afinidades políticas que influenciam diretamente o avanço ou recuo da integração. Períodos de convergência política tendem a facilitar acordos, enquanto mudanças de governos podem levar a reorientações na política externa. As disputas eleitorais e a alternância de poder criam descontinuidade nas políticas de integração. A polarização política, tanto interna quanto entre países, gera antagonismos que dificultam a cooperação comercial e a harmonização de políticas. A pressão de potências externas influencia os rumos da integração, podendo promover agendas bilaterais que se sobreponham ou conflitem com os esforços de integração regional. Em síntese, a integração regional flutua conforme a margem concedida pela economia política local, sendo influenciada pela necessidade de legitimação dos governos e pela busca por desenvolvimento comum.

5 As rotas de integração sul-americana são um projeto estratégico do governo federal brasileiro que visa conectar o Brasil aos seus vizinhos e ao Oceano Pacífico, reduzindo custos logísticos e o tempo de transporte de mercadorias, especialmente para a Ásia. As redes de infraestrutura traçadas pelo programa articulam-se metodologicamente a partir de diferentes rotas estratégicas a serem trabalhadas. São elas: Rota Ilha das Guianas – compreende os estados de Roraima e Amapá em sua totalidade e a parte Norte dos estados do Amazonas e do Pará, que fazem interface com a Guiana Francesa, o Suriname, a Guiana e a Venezuela; Rota Amazônica – percorre o estado do Amazonas pelo eixo do rio Solimões, conectando o Brasil à Colômbia, ao Equador e ao Peru, com acesso ao Oceano Pacífico; Rota Quadrante Rondon – compreende os estados do Acre e de Rondônia em sua totalidade e partes do Amazonas, do Mato Grosso e do Mato Grosso do Sul, conectando o Brasil ao Peru, à Bolívia e ao Norte do Chile, com destino a portos no Oceano Pacífico; Rota Bioceânica de Capricórnio – atravessa os estados de Mato Grosso do Sul, São Paulo, Paraná e Santa Catarina e se conecta com o Paraguai, a Argentina e o Chile, estabelecendo uma ligação entre os oceanos Atlântico e Pacífico; Rota Bioceânica do Sul – compreende o estado do Rio Grande do Sul e trechos do Sul de Santa Catarina e se conecta com o Uruguai, a Argentina e o Chile. Um dos objetivos das rotas de integração sul-americana é a redução de tempo/custo logístico e o aumento do comércio com a América do Sul e a Ásia, por meio de infraestruturas de transporte que conectem países, regiões produtivas, portos e mercados, diminuindo, assim, as burocracias e limitações impostas pelas fronteiras internacionais. A Nova Rota da Seda chinesa (Belt and Road Initiative - BRI) na América do Sul foca em investimentos de infraestrutura, logística e conectividade, com mais de 20 países latino-americanos aderindo à iniciativa para fortalecer laços comerciais, incluindo Peru, Argentina, Chile e Venezuela. Projetos como o megaporto de Chancay (Peru) visam reduzir custos de frete e tempo para a Ásia.

Cebraspe
Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos

CONCURSO PÚBLICO DE ADMISSÃO À CARREIRA DE DIPLOMATA

DIPLOMATA (TERCEIRO SECRETÁRIO)

Prova Escrita de Geografia – Questão 3

Aplicação: 26/4/2026

PADRÃO DE RESPOSTA DEFINITIVO

Há décadas, a pirâmide etária brasileira vem passando por expressivas modificações. As taxas de natalidade, mortalidade, expectativa de vida e outros indicadores de qualidade de vida demonstram que o país passa por uma transição demográfica. O modelo de Warren Thompson indica que o País se encontra entre a terceira e a quarta fases da transição demográfica, caracterizadas pela desaceleração do crescimento vegetativo (que pode se tornar baixo ou nulo), baixa mortalidade, baixa fecundidade e envelhecimento populacional. O modelo de Frank Notestein indica que o Brasil está na quarta fase (com tendência de transição para uma quinta fase, proposta por interpretações contemporâneas), marcada pelo crescimento vegetativo muito baixo, pelo envelhecimento populacional acelerado e pela baixa fecundidade, inferior ao nível de reposição. Desse modo, em linhas gerais, a ~~A~~ partir da segunda metade do século XX, ocorreu um declínio da fecundidade e da natalidade, motivado por fatores como inserção das mulheres no mercado de trabalho, acesso a métodos contraceptivos e maior escolarização. As taxas de mortalidade também caíram em função de avanços na saúde e na alimentação, da urbanização e do aumento do acesso ao saneamento básico. Assim, no Brasil, atualmente, nascem menos pessoas e há uma maior expectativa de vida, fatores que se combinam com outros elementos, como aumento da renda *per capita* e dos níveis de educação. Esse cenário demanda atenção, pois, nas próximas décadas, o envelhecimento da população se tornará mais expressivo e a população jovem será menor. É preciso refletir sobre formas de aproveitar o bônus demográfico atual (período em que a população em idade ativa é maior que a população dependente), que está gradualmente diminuindo conforme demonstrado pelo IBGE (estima-se seu encerramento na década de 2030), para que o país não enfrente problemas socioeconômicos futuros.

Os jovens de hoje são/serão a população em idade ativa das próximas décadas. Eles são produtores ativos do espaço geográfico, pois constituem redes de sociabilidade importantes para a formação de suas identidades, desenvolvem práticas culturais e se engajam em movimentos sociais e culturais. Têm, ainda, o potencial de protagonizar agendas globais e locais de desenvolvimento social e podem participar das melhorias em indicadores de escolaridade, renda e participação comunitária. É urgente refletir sobre os jovens como segmento estratégico para o futuro, principalmente por representarem as possibilidades de crescimento econômico, ao ampliar a População Economicamente Ativa (PEA), de equilíbrio fiscal e de manutenção do sistema previdenciário.

Todavia, mesmo que entendidos como agentes da transformação, os jovens formam um grupo social vulnerável às desigualdades socioespaciais. Marcadores sociais, como raça, gênero e classe social, impactam as condições de vida dos jovens, bem como o acesso aos direitos básicos e as perspectivas de inserção socioeconômica e espacial. Os jovens enfrentam desafios estruturais, como taxas significativas de desemprego juvenil, precarização das relações de trabalho e falta de acesso universal à educação de qualidade. No que tange aos processos e fenômenos que constituem o espaço geográfico, os jovens enfrentam problemas como a precariedade da infraestrutura urbana, o acesso desigual a serviços básicos (como saneamento básico e saúde), as dificuldades de mobilidade espacial, a violência urbana, a urbanização desigual, a segregação socioespacial, a periferização e a favelização. Tais processos e fenômenos intensificam as desigualdades sociais e interferem diretamente nas experiências espaciais juvenis e na efetivação do direito à cidade. As desigualdades étnico-raciais tornam o cenário mais severo para as juventudes negras, quilombolas e indígenas. Nos grandes centros urbanos, as vivências das juventudes negras são atravessadas pela violência urbana.

Desse modo, faz-se necessário refletir sobre medidas institucionais para que os jovens tenham inserção socioeconômica e participem efetivamente da melhoria da qualidade de vida da população. Investir em políticas públicas e programas sociais voltados para os diferentes perfis de jovens representa o caminho mais adequado para perspectivas positivas de futuro, pois, para que o bônus demográfico seja aproveitado, é preciso que haja jovens saudáveis, que frequentem a escola e que tenham oportunidades para se inserir em boas posições no mercado de trabalho; é preciso dispor de recursos disponíveis para investimentos produtivos e redução da pobreza.

As políticas públicas em matéria de juventude devem ser baseadas em dados estatísticos, qualitativos e quantitativos, sobre os jovens no Brasil; valorizar a experiência e as percepções juvenis, contando com a participação dos jovens na elaboração, na implementação e na avaliação das ações, o que demanda estabelecimento de órgãos consultivos para jovens e cooperação entre conselhos; dispor de financiamento adequado para alocação de recursos suficientes para garantir eficácia das ações; considerar a pluralidade de experiências juvenis a partir de raça, gênero, classe social e situação geográfica; ser integradas e intersetoriais; ser comprometidas com a mudança social e a inserção juvenil na estrutura social brasileira; e ser constantemente monitoradas e avaliadas para que melhorias possam ser feitas, quando necessário. Atualmente, existem importantes políticas públicas em curso e que precisam ser integradas e continuadas, ~~tais~~ incluindo iniciativas de inclusão social, como Pé-de-Meia, Jovem Aprendiz, Jovem na Ciência, ~~e~~ Juventude Viva, ID Jovem e política de meia-entrada;

políticas de democratização do ensino superior, como ENEM, FIES, PROUNI e Lei de Cotas; ações voltadas à qualificação profissional técnica, como a criação dos institutos federais, o Pronatec e as iniciativas vinculadas ao Sistema S; além de documentos como o Estatuto da Juventude e os órgãos como a Secretaria Nacional da Juventude e o Conselho Nacional da Juventude.

Cebraspe
Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos

CONCURSO PÚBLICO DE ADMISSÃO À CARREIRA DE DIPLOMATA

DIPLOMATA (TERCEIRO SECRETÁRIO)

Prova Escrita de Geografia – Questão 4

Aplicação 26/4/2026

PADRÃO DE RESPOSTA DEFINITIVO

1. A paisagem geográfica dos mares de morros constitui um tipo de domínio morfoclimático brasileiro, de acordo com a classificação elaborada por Ab'Sáber, que usou essa expressão para descrever uma extensa cadeia de montanhas pertencente ao Planalto Atlântico. Sua configuração passa por 13 estados brasileiros, a saber: Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Logo, abrange áreas do Nordeste, Sudeste e Sul do país. Na atualidade, o domínio dos mares de morros no Nordeste encontra-se submetido a um tipo climático que, segundo a classificação climática de Koppen, insere-se no subtipo As, ou seja, clima quente e úmido, com um regime de chuvas de outono-inverno. Apesar de o clima dos mares de morros poder apresentar variações que constam nas regiões, o clima tropical úmido é predominante. Os tipos climáticos encontrados no domínio morfoclimático dos mares de morros são: tropical úmido ou atlântico ou oceânico, tropical de altitude e subtropical. As tipologias de vegetação encontradas no domínio morfoclimático dos mares de morros são: florestas latifoliadas tropicais denominadas de Mata Atlântica, enclaves de bosques de araucária, áreas de restingas e mangues no litoral e campos de altitude. O regime pluviométrico está basicamente submetido a sistemas atmosféricos tropicais e extratropicais, com ocorrência de estações secas e úmidas. No período das chuvas, que, no Sudeste, pode variar de outubro a maio, no Nordeste, de maio a agosto, e no Sul, distribui-se ao longo do ano, há períodos de intensa pluviosidade que contribuem para eventos extremos, com saturação de água dos solos rasos e profundos, aumento do nível dos cursos hídricos e intensos processos erosivos com deslizamentos e escorregamento de encostas. Os processos erosivos são intensificados pela combinação de relevo mamelonar (morros e colinas arredondadas), clima tropical com períodos de intensa pluviosidade e retirada de vegetação pela ação antrópica, o que causa voçorocas, deslizamentos e perda de biodiversidade.

2. As ações antrópicas no domínio morfoclimático dos mares de morros acompanham a formação socioespacial do Brasil — inicialmente marcada pela retirada de pau-brasil e pela expansão da cultura agrícola da cana-de-açúcar. Portanto, uma das ações antrópicas neste domínio é o desmatamento para a agropecuária. Outra ação antrópica diz respeito tanto à urbanização quanto à expansão de atividades industriais e de infraestrutura e logística. A criação de usinas hidroelétricas com alagamentos de áreas e projetos de mineração e a constituição de barragens de rejeitos são outros exemplos de ações antrópicas.

3. Nas últimas duas décadas do século XXI, os registros de fenômenos excepcionais de chuvas no Brasil tornaram-se mais intensos e apontam para a necessidade de aprofundar os estudos sobre gerenciamento de riscos, principalmente em áreas de maior adensamento populacional, como é o caso das regiões metropolitanas localizadas em domínios de mares de morros. Os principais riscos de desastres naturais no domínio morfoclimático dos mares de morros são: escorregamentos de solos e rochas nas encostas de morros; chuvas intensas, prolongadas e com elevados índices de pluviosidade, que saturam o solo e provocam elevação do nível da água dos rios, inundações e enxurradas; processos erosivos intensos com assoreamento dos cursos hídricos; e soterramento de áreas ao redor de morros, que afeta áreas urbanas e rurais, causando danos severos em infraestrutura, prejuízos econômicos e perda de vidas.

4. Para fins de política e gestão ambiental desse recorte territorial, são aplicáveis diversas legislações, tais como: a Lei da Mata Atlântica (Lei n.º 11.428/2006), que dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do bioma, restringindo o desmatamento e regulando a supressão de vegetação, especialmente em áreas de encostas íngremes; o Código Florestal, que é fundamental para a proteção de áreas de preservação permanente (APPs), como encostas de morros (declividade elevada) e margens de rios, essenciais para prevenir deslizamentos e assoreamento; o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), instituído pela Lei n.º 9.985/2000, que cria parques nacionais, estaduais e reservas particulares do patrimônio natural, entre outras tipologias de unidades de conservação para proteger remanescentes de Mata Atlântica na Serra do Mar e na Serra da Mantiqueira; a Política Nacional sobre Mudanças Climáticas (Lei n.º 12.187/2009), que propõe ações focadas na mitigação de desastres naturais, como deslizamentos de terra (comum devido às chuvas intensas e ao relevo acidentado), incluindo planos de contingência e monitoramento de áreas de risco; a Política Nacional de Recursos Hídricos (Lei n.º 9.433/1997), que propõe políticas e ações que visam à recuperação de bacias hidrográficas que cortam o domínio (como as dos rios Paraná e São Francisco), enfrentando poluição e contaminação severas; o zoneamento ecológico econômico (Decreto n.º 4.297/2002), utilizado para ordenar a expansão urbana e a agricultura, buscando conter a ocupação irregular de encostas e a destruição de manguezais no litoral. Em geral, as ações de gestão ambiental relacionam-se diretamente com as referidas políticas ambientais e envolvem: conservação do solo e controle da erosão; recuperação de áreas degradadas; gestão de

recursos hídricos e saneamento básico, incluída a drenagem de águas pluviais; coleta e tratamento de resíduos; proteção das áreas de nascentes e de proteção permanente (APPs); ações de controle do assoreamento dos cursos hídricos; gestão da biodiversidade e ordenamento territorial, que envolve a criação de unidades de conservação, a criação de corredores ecológicos, o comitê de bacias hidrográficas; e monitoramento e controle de áreas de risco.

Cebraspe
Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos

CONCURSO PÚBLICO DE ADMISSÃO À CARREIRA DE DIPLOMATA

DIPLOMATA (TERCEIRO SECRETÁRIO)

Prova Escrita de História do Brasil – Questão 1

Aplicação: 25/4/2026

PADRÃO DE RESPOSTA DEFINITIVO

Espera-se que a resposta trate dos dois instrumentos legais fundamentais para a descentralização política. Quanto ao Código do Processo Criminal de 1832, deve ser destacada a regulamentação da ação dos juízes de paz, eleitos pela população local, imbuídos de amplo leque de atribuições policiais e judiciais, além de forte papel na organização das eleições, fortalecendo a influência das elites locais. Quanto ao Ato Adicional de 1834, deverá ser pontuado seu caráter federalista, com a criação das assembleias legislativas provinciais. Por fim, devem-se associar tais medidas à eclosão de conflitos à medida que as oligarquias provinciais passaram a disputar o controle do aparelho estatal.

A resposta deverá indicar dois dos levantes regenciais citados. Espera-se que sejam apresentados dados, como localidade, período, lideranças, principais objetivos e desfecho.

A resposta deve seguir com a apresentação do Regresso como resposta às revoltas, caracterizado pela avaliação da necessidade de ajuste no grau de autonomia das províncias. Passou-se, então, à discussão da aprovação da Lei de Interpretação do Ato Adicional e da Reforma do Código do Processo Criminal, de 1841. Espera-se que se aponte o caráter de ajuste do Regresso, que, pela Lei de Interpretação, restringiu os poderes legislativos provinciais quanto à tributação e à criação de novos empregos, enquanto a Revisão do Código do Processo Criminal restringiu a atuação dos juízes de paz e estabeleceu as figuras do delegado e dos chefes de polícia, vinculados diretamente ao poder central.

Cebraspe
Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos

CONCURSO PÚBLICO DE ADMISSÃO À CARREIRA DE DIPLOMATA

DIPLOMATA (TERCEIRO SECRETÁRIO)

Prova Escrita de História do Brasil – Questão 2

Aplicação: 25/4/2026

PADRÃO DE RESPOSTA DEFINITIVO

Espera-se que o(a) candidato(a) discorra sobre os elementos históricos pertinentes à Constituição de 1934 durante a Era Vargas e a questão da cidadania nas primeiras fases dessa era.

O(A) candidato(a) deve explicar o contexto histórico que envolve esse período, abordando a política trabalhista de Vargas; o movimento dos "tenentes" que se organizaram em torno do Clube 3 de outubro; os movimentos que desejavam maior representação política e representação classista; a revolta paulista, conhecida como Revolução Constitucionalista de 1932, seus aspectos políticos e o resultado desse conflito; a convocação de eleições para a assembleia constituinte que deveria também eleger o presidente da República, eleito, então, em 1933.

Objetiva-se, ainda, que o(a) candidato(a) aborde a questão do Código Eleitoral de 1932, que estabeleceu o voto secreto, a instituição da justiça eleitoral e o voto feminino. Espera-se, também, que o(a) candidato(a) discorra sobre o movimento feminista e sua luta pelo sufrágio das mulheres, caracterizando a origem social de suas principais representantes; a reação contra o movimento pelo voto das mulheres e suas alegações; a atuação de suas principais líderes, entre as quais, Bertha Lutz (que foi a principal liderança do sufragismo feminino no Brasil e fundadora da Liga para a Emancipação Intelectual da Mulher e da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino), Myrthes Campos, Jerônima de Mesquita, Carmem Portinho.

Por fim, o(a) candidato(a) deve concluir a questão abordando as conquistas para construção da cidadania na Constituição de 1934, citando: o voto das mulheres e outras conquistas, como o direito das esposas de estrangeiros de manterem a nacionalidade e a transmitirem a seus filhos e filhas; a proibição da diferença salarial para o mesmo tipo de trabalho por motivo de idade, sexo, nacionalidade e estado civil; a garantia da participação dos trabalhadores no estabelecimento da legislação — com estipulação de eleição; e a instituição da previdência social.

Cebraspe
Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos

CONCURSO PÚBLICO DE ADMISSÃO À CARREIRA DE DIPLOMATA

DIPLOMATA (TERCEIRO SECRETÁRIO)

Prova Escrita de História do Brasil – Questão 3

Aplicação: 25/4/2026

PADRÃO DE RESPOSTA DEFINITIVO

Espera-se que a resposta situe o tenentismo no contexto de intervenções militares que marcaram a Primeira República (1889-1930). Inaugurado pelo golpe militar que proclamou a República em 1889, o tenentismo estabeleceu uma tradição de intervenção das Forças Armadas na política nacional. Deve também ser abordada a insatisfação dos jovens oficiais diante do domínio das oligarquias cafeeiras, da política dos governadores e do coronelismo, que mantinham um sistema eleitoral fraudulento e excludente.

Quanto às principais propostas, espera-se que a resposta mencione a busca pela moralização administrativa, o voto secreto e a criação de uma justiça eleitoral independente, como forma de combater as fraudes que perpetuavam o poder das elites regionais. Também se deve abordar a defesa do fortalecimento do poder central em detrimento do federalismo excessivo, além de políticas de industrialização e valorização do ensino público, vistos como instrumentos para o desenvolvimento nacional.

Quanto aos principais eventos, deverá ser abordada a Revolta dos 18 do Forte de Copacabana (1922), primeiro levante armado, ocorrido no Rio de Janeiro em reação à eleição de Artur Bernardes. Por fim, deve-se abordar a Coluna Prestes, diretamente vinculada ao Movimento Paulista, uma vez que foi constituída, em parte, pelos que fugiram da Revolta de 1924. Como desdobramento, entre 1925 e 1927, a Coluna Prestes, liderada por Luís Carlos Prestes e Miguel Costa, percorreu mais de 25 mil quilômetros pelo interior do país em uma marcha guerrilheira, expondo a fragilidade do regime e disseminando as críticas tenentistas por diversas regiões. Esses episódios, embora militarmente derrotados, contribuíram decisivamente para o desgaste da República oligárquica e para a construção do ambiente político que culminaria na Revolução de 1930.

Cebraspe
Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos

CONCURSO PÚBLICO DE ADMISSÃO À CARREIRA DE DIPLOMATA

DIPLOMATA (TERCEIRO SECRETÁRIO)

Prova Escrita de História do Brasil – Questão 4

Aplicação: 25/4/2026

PADRÃO DE RESPOSTA DEFINITIVO

Espera-se que o(a) candidato(a) disserte sobre a censura na ditadura militar que se instaurou a partir de 1964 e o papel/atuação em especial da classe média nesse período. O(A) candidato(a) deverá abordar, mediante exemplos, a censura aos artistas liberais em suas canções, filmes e demais campos da arte, bem como aos jornalistas, podendo ser incluída menção ao assassinato de jornalistas, como por exemplo, o do jornalista Vladimir Herzog, dentre outros casos de perseguição política.

Em seguida, o(a) candidato(a) deverá dissertar sobre o meio universitário e os movimentos de resistência oriundos desse meio. Espera-se que explane sobre a hostilidade do regime militar ao meio acadêmico, bem como sobre o debate político da época da ditadura no meio universitário; a cultura do protesto; os pensadores e intelectuais mais debatidos pelos estudantes da época — literatos, cineastas, poetas, pensadores, historiadores e sociólogos; cabe abordar também a vida estudantil e as relações interpessoais: o quanto o público e o privado estavam misturados naquele contexto.

Por fim, espera-se que o(a) candidato(a), ao discorrer sobre a atuação política de pessoas da classe média ao longo do regime militar, siga explanando como era a vida na clandestinidade, os rituais do isolamento de quem participava dos movimentos de resistência, esclarecendo o que era ser clandestino e o respectivo cotidiano (realizar reuniões, planejar atos, reconstituir os quadros da organização, mudar-se constantemente de lugar etc.). Também se espera que o(a) candidato(a) refira-se àqueles que saíam dos movimentos, ou sejam, saíam da clandestinidade.

Cebraspe
Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos

CONCURSO PÚBLICO DE ADMISSÃO À CARREIRA DE DIPLOMATA

DIPLOMATA (TERCEIRO SECRETÁRIO)

Prova Escrita de Língua Inglesa – Redação

Aplicação: 26/4/2026

PADRÃO DE RESPOSTA DEFINITIVO

Candidates should write ~~an~~ a coherent essay that explores the multifaceted nature of health diplomacy. The essay should start by introducing the notion of health diplomacy and ~~defining~~ describing it as a multidisciplinary area concerned with obvious issues such as health threats and disease control but also with food security and access to medicine in areas devastated by poverty, natural disasters or war. In this sense, candidates may relate health to the diplomatic functions of representation and negotiation *inter alia*.

They should situate the discussion in a historical perspective highlighting decisive moments in history when health issues pervaded international relations. They could mention, for example, the creation of the World Health Organization, the international cooperation against the covid pandemics, ~~or~~ the fight against infectious diseases in the 19th century (the birth of international health diplomacy), and other cases of international health crisis as well as the role of regional institutions such as the Pan American Health Organization (PAHO), and other international organizations and facts relevant to the history of health diplomacy.

Candidates should discuss how the issue of health is closely connected to human rights and to notions such as justice, equity and economic development, as well as poverty and political subordination in international level. They should also link health diplomacy to humanitarian crises such as those caused by forced migration. Considering health as a dimension of equality and social justice, candidates may discuss how heath diplomacy may be an instrument in reducing the asymmetry between the Global North and the Global South.

Candidates may additionally refer to contemporary initiatives such as BRICS health diplomacy. In this sense, candidates may give examples of international cooperation and address the interdependence among nations concerning health issues and their economic impact. They may also include a topic on the relevance of the Brazilian universal health system (Sistema Único de Saúde) as an example of how health diplomacy may be inspired and influenced by national institutions and solutions and how it is connected to external public policies.

The essay may address the role played by interstate organizations like the World Health Organization, or humanitarian organizations such as Doctors Without Borders, for example. Candidates may discuss how humanitarian international law relates to health diplomacy and may also use part of their texts to relate health diplomacy to international negotiations concerning medicine patent breaking, vaccines supply chains, and the establishments of environmental goals, among other possible issues.

They may also address the importance of border control measures in the context of health diplomacy, including quarantine practices, vaccination and sanitary surveillance at points of entry, as historically adopted by states to contain the spread of infectious diseases, and in this regard, they may mention the Covid-19 pandemic and how it led to international cooperation in health-related measures.

Candidates may also address how health issues are intertwined with economic and manufacturing strategies in an international level. In this regard, they may write on how epidemics and pandemics can affect global supply chains and impact economy and finance worldwide. They may also discuss how Sanitary and Phytosanitary provisions in trade agreements can guarantee food safety and can be as part of a series of measures promoting international health.

Another topic that may be explored within the text is worrying situation concerning the international health scenario due to recent funding cuts to international programs and organizations. Candidates may provide examples and refer to specific areas of concern.

Candidates should write their texts emphasizing the relevance of health diplomacy in its multiple fronts, including its geopolitical dimension, and argue that it should be a priority in international policy. In this sense, they may mention different aspects (some of which have already been indicated here), establishing a relation between a country's role in the international arena and its participation in the discussion and the decisions in the field of health. Different approaches to the topic may be considered, provides they remain consistent with the proposed theme.

Candidates may provide different examples for each aspect addressed in their texts, mentioning different international agreements, conventions and organizations.

Cebraspe
Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos

CONCURSO PÚBLICO DE ADMISSÃO À CARREIRA DE DIPLOMATA

DIPLOMATA (TERCEIRO SECRETÁRIO)

Prova Escrita de Língua Inglesa – Versão

Aplicação: 26/4/2026

PADRÃO DE RESPOSTA DEFINITIVO

~~Over the past decade, the so-called artificial intelligence (AI) has undergone a rapid process of development. This process is attributable not only to fundamental scientific advances in AI techniques but, above all, to the concentration of the technology industry, which has dedicated itself to engineering the best algorithms for its purposes. These algorithms were made possible by the increase in computing power and network capacity, and by the ability to collect and store vast quantities of data, thereby enabling the use of increasingly large volumes of data.~~

~~Not without reason, recent discussions concerning the applications of AI have focused on the need for a legal definition of its boundaries. In this context, there coexist, on the one hand, an understandable concern that state intervention may undermine the potential for the expansion of technological innovation, and, on the other hand, an uncertainty arising from the absence (or insufficiency) of digital regulation. This, in addition to inhibiting investment in the field, threatens the State's commitment to promote and protect fundamental rights.~~

~~Some examples illustrate the magnitude of the problem at hand.~~

~~In multilateral discussions, Brazil has voiced concerns about the possibility of integrating artificial intelligence into nuclear command, control, and communications systems (NC3), as well as about reports that AI-assisted computer systems are capable of developing new toxic chemical compounds within hours and of designing novel pathogenic agents.~~

~~The impacts of AI use on the labor market are equally significant, and the risks are diverse. While the United Nations sustainable development goal 8 calls for the promotion of full and productive employment for all, the adoption of AI for work automation, alongside increased production and profit, brings the dangers of discrimination, for example in the automated screening of CVs.~~

~~Moreover, this technology reshapes the traditional division of labor by enabling production processes for goods and services to take place outside of any conventional production environment. Many of the dynamics of socialization, organization, and coordination of production and labor are shifting to virtual spaces. Vast volumes of data are extracted, ultimately resulting in the improper processing of workers' personal and sensitive data within a system of pervasive surveillance. This also leads to the fragmentation of the production process for goods or services into microtasks, which are then coordinated through algorithmic management.~~

~~A recent report by the International Monetary Fund (IMF) suggests that nearly 40% of jobs worldwide will be affected by generative AI technologies, posing major challenges as certain occupations will be displaced, the demand for labor will decline, and wages will be impacted, and even affecting, for example, the creative industry.~~

~~In light of these issues, the unavoidable question arises as to what is the role of law in this landscape.~~

~~Obs.: a avaliação da versão produzida pelo candidato levará em consideração a variação lexical, tanto decorrente de sinonímia quanto de variantes diatópicas (regionais) da língua, assim como as diferentes possibilidades tradutórias igualmente válidas, desde que respeitados os aspectos de fidelidade ao texto-fonte; respeito à qualidade e ao registro do texto-fonte; e correção morfossintática e lexical.~~

Considerando-se que, conforme previsão editalícia, a Prova Escrita de Língua Inglesa era constituída por dois exercícios — uma **redação** (70,00 pontos) e uma **versão** (30,00 pontos) — e considerando-se, ainda, a existência de inconsistência entre o comando da prova, que indicava a elaboração de um **resumo**, e o exercício propriamente dito, que consistia na elaboração de uma **versão**, optou-se pela anulação do exercício e a correspondente atribuição da pontuação (30,00 pontos) a todas as pessoas candidatas convocadas para a Segunda Fase.

Cebraspe
Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos

CONCURSO PÚBLICO DE ADMISSÃO À CARREIRA DE DIPLOMATA

DIPLOMATA (TERCEIRO SECRETÁRIO)

Prova Escrita de Política Internacional – Questão 1

Aplicação: 2/5/2026

PADRÃO DE RESPOSTA DEFINITIVO

Na diplomacia triangular no governo Nixon, realizada por Henry Kissinger entre o final da década de 1960 e o início da década de 1970, houve aproximação e reconhecimento na prática de uma só China no Comunicado de Xangai de 1972, representada pela República Popular da China, com o intuito de explorar a cisão sino-soviética e reduzir tensões internacionais. O Brasil estabeleceu relações diplomáticas com essa República Popular em 1974 e, desde então, tem tido crescente relacionamento em diversas dimensões com essa nação, seja do ponto de vista do comércio, como principal parceiro nas exportações e importações, seja nos investimentos, com relevante ingresso de capitais chineses, e seja no setor tecnológico, como na cooperação aeroespacial do CEBERS e em inteligência artificial e economia digital, além de mecanismos, como a COSBAN e a atuação nos BRICS+, e em espaços multilaterais na perspectiva do desenvolvimento e do Sul global.

O socialismo com características chinesas, associado à liderança de Deng Xiaoping, iniciada em 1978, expressa a propriedade estatal e coletiva em setores e atividades-chave, combinada com o crescimento da propriedade privada e da perspectiva de abertura e reforma, utilizando incentivos produtivos e planejamento estatal com planos quinquenais e de longo prazo, como o "Made in China 2025". Houve acelerado desenvolvimento econômico e tecnológico chinês posteriormente, o que permitiu que o país fortalecesse o seu sistema nacional de inovação, aproximasse das principais potências e alcançasse a fronteira tecnológica em diversas áreas, a exemplo da Indústria 4.0, robótica, aeroespacial, automotiva, semicondutores e inteligência artificial. Adicionalmente, a Nova Rota da Seda se associa a uma expansão dos investimentos e do comércio chineses com base nesse desenvolvimento econômico e tecnológico.

A atual Estratégia de Segurança Nacional, de 2025, traz prioridades da política externa dos EUA. Com relação ao hemisfério ocidental, estabelece-se o denominado Corolário Trump à Doutrina Monroe, segundo o qual os EUA buscarão restaurar a preeminência dos EUA na região, negando a concorrentes não hemisféricos a capacidade de posicionar forças ou outras capacidades ameaçadoras, de possuir ou controlar ativos estrategicamente vitais, entre outras questões de segurança e economia.

Com relação à China, destaca-se a mudança com o objetivo de reequilibrar a relação econômica e o déficit comercial com esse país, priorizando-se reciprocidade, justiça e independência dos EUA, junto com a manutenção de *status* deste país de maior economia mundial e de sua preeminência tecnológica, para prevenir conflitos no Pacífico e sustentar-se na competição estratégica, além de outras questões.

O Brasil, por sua vez, considera uma regressão voltar a um mundo dividido em fronteiras ideológicas ou zonas de influência, então recusa alinhamentos automáticos, ao mesmo tempo em que deseja pluralidade e universalidade nas suas relações com todo o mundo, defendendo uma ordem multipolar e multilateral.

Cebraspe
Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos

CONCURSO PÚBLICO DE ADMISSÃO À CARREIRA DE DIPLOMATA

DIPLOMATA (TERCEIRO SECRETÁRIO)

Prova Escrita de Política Internacional – Questão 2

Aplicação: 2/5/2026

PADRÃO DE RESPOSTA DEFINITIVO

Em relação ao primeiro aspecto, o(a) candidato(a) deve contextualizar a emergência dos direitos humanos, da ideia de que existe um conjunto de direitos inalienáveis que todo ser humano possui pelo simples fato de ser humano, particularmente a partir da segunda metade do século XX, em estreita conexão com o processo de descolonização afro-asiática, com a elaboração de cartas de direitos, tratados e convenções internacionais, e a incorporação da temática dos direitos humanos na política externa de vários países. E, junto com ela, da ideia de que a sociedade internacional tem responsabilidade pela vida e pela proteção dos direitos humanos do indivíduo, independentemente de seu próprio país. A assinatura da Carta de Fundação da ONU ~~e da Carta de Fundação do Tribunal de Nuremberg, em 1945,~~ e a Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, são os marcos fundadores do direito internacional dos direitos humanos. O(A) candidato(a) deve contextualizar, também, a emergência das políticas de identidade como vetores da política mundial voltada ao desenvolvimento sustentável, como forma de mobilização e de ocupação de espaços públicos para "minorias numéricas" — como é o caso dos indígenas, das pessoas com deficiência e dos grupos LGBTQIA+ — e de "maiorias minorizadas na representação", como mulheres e pessoas negras no Brasil. Deve apresentar o processo de incorporação dessa pauta política nos organismos internacionais, passando pela Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial (ICERD); pela Conferência de Durban (2001); pela Convenção Interamericana contra o Racismo, a Discriminação Racial e as Formas Correlatas de Intolerância (2013); pelas Décadas Internacionais dos Afrodescendentes e culminando com os ODS da Agenda 2030 da ONU, e na formulação, pelo Brasil, do ODS 18 (igualdade étnico-racial), assim como em eventos e documentos como a Declaração de Belém sobre o Combate ao Racismo Ambiental, da COP30. Espera-se que o(a) candidato(a) aborde o conceito de justiça reparatória como elemento indispensável para superar o racismo estrutural herdado da escravidão e do (neo)colonialismo, e para a construção de sociedades efetivamente democráticas entre os povos que carregam esse legado histórico.

Em relação ao segundo aspecto, o(a) candidato(a) deve contextualizar a emergência das políticas públicas brasileiras de combate ao racismo, de ação afirmativa, como cotas raciais e de gênero em concursos públicos, e de ~~memória e verdade, como as Comissões da Verdade~~ políticas públicas de valorização da memória, da cultura e das línguas indígenas e de afrodescentes. Deve abordar a estreita relação entre essas políticas domésticas e as posições do Brasil nos fóruns multilaterais. Nesse sentido, espera-se que o(a) candidato(a) aborde políticas com o objetivo de enfrentar a herança escravista de exclusão e o racismo estrutural e de promover direitos e equiparação de oportunidades por meio de ações afirmativas destinadas às populações negra, quilombola e indígena, ~~bem como às pessoas com deficiência e às mulheres, como~~ a começar pelos comandos da Constituição Federal, mencionando a Lei n.º 12.711/2012 (Lei de Cotas), que reserva vagas em universidades e instituições federais de ensino para estudantes de escolas públicas, com subcotas para pretos, pardos, indígenas, pessoas com deficiência e quilombolas; a Lei n.º 15.142/2025, que estabelece reservas de vagas em concursos públicos federais para pessoas negras (25%), para pessoas indígenas (3%) e para pessoas quilombolas (2%); as Leis n.º 10.639/2003 e n.º 11.645/2008, que tornaram obrigatório o ensino de história e cultura afro-brasileira e indígena nas escolas; o Estatuto da Igualdade Racial (Lei n.º 12.288/2010); o Programa de Ação Afirmativa do Instituto Rio Branco/Bolsa-Prêmio de Vocação para a Diplomacia, o reconhecimento de comunidades quilombolas; e as regras do TSE que distribuem recursos do fundo eleitoral de forma proporcional a candidatos(as) negros(as). Do mesmo modo, espera-se que o(a) candidato(a) aborde o direito à verdade, estabelecido como direito humano universal pela ONU, garantido primeiramente às vítimas diretas de regimes autoritários e, também, a toda a sociedade, como mecanismo de superação desses períodos. ~~No Brasil, esse direito consta no Programa Nacional de Direitos Humanos, de 2009, nas recomendações do Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade, de 2014, assim como nas políticas de reparação por meio da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (1995) e da Comissão de Anistia (2002).~~ Espera-se, finalmente, que o(a) candidato(a) mostre a estreita relação da emergência dessas políticas públicas no país com as posições assumidas pelo Brasil nos fóruns internacionais, como o Conselho de Direitos Humanos da ONU, em relação à questão da reparação histórica dos povos escravizados, conjugando elementos de classe, raça, gênero e outros marcadores sociais na formulação da resposta.

Em relação ao terceiro aspecto, espera-se que o(a) candidato(a) aborde a construção histórica da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, desde o primeiro encontro dos chefes de Estado e de governo dos países de Língua Portuguesa, em São Luís do Maranhão, em novembro de 1989, com a criação do Instituto Internacional da Língua Portuguesa, para a promoção e a difusão do idioma comum da Comunidade, passando pelas conferências de chefes de Estado e de governos, pela criação do Grupo e do Comitê de Concertação Permanente até chegar-se à criação oficial da CPLP, na Conferência de Lisboa, em 17 de julho de 1996. Quanto às tensões políticas no tratamento de questões ligadas ao passado colonial e à reparação aos povos escravizados, espera-se que o(a) candidato(a) discorra sobre a transição da "afetividade lusa" (lusotropicalismo) e da tese da democracia racial para o "pragmatismo responsável" na política externa brasileira, incluindo o reconhecimento pioneiro de Angola e a condenação do *apartheid* na África do Sul e, também, a atuação do Brasil como mediador nessas tensões, em função de sua posição no sistema lusófono, sua proximidade histórica com Portugal e seus vínculos políticos e identitários com os países africanos de Língua Portuguesa. Espera-se que sejam

abordadas a questão do reconhecimento das responsabilidades pela escravidão e as políticas de reparação aos povos escravizados. Espera-se que seja abordada, também, a reprodução de hierarquias e assimetrias através da centralização institucional em Lisboa, a questão da dependência financeira luso-brasileira e da permanência de um "controle editorial" metropolitano, incluindo a "batalha epistêmica" do Acordo Ortográfico, e os casos de xenofobia e discriminação enfrentados por migrantes dos demais países da CPLP em Portugal, além da busca de maior acesso ao mercado europeu por intermédio de Portugal e de pedidos de restituição e de retorno de bens culturais como formas de reparação histórica ~~o Acordo Ortográfico como campo de batalha epistêmica, marcado pela resistência angolana à ratificação, pelas hesitações moçambicanas, pelas tensões entre normatização eurocêntrica e realidades plurilíngues africanas e pelas formas de resistência mediadas pela literatura africana (Paulina Chiziane, Mia Couto)~~.

Obs.: as menções a conferências internacionais, leis e políticas públicas têm caráter exemplificativo e não exaustivo.

Cebraspe
Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos

CONCURSO PÚBLICO DE ADMISSÃO À CARREIRA DE DIPLOMATA

DIPLOMATA (TERCEIRO SECRETÁRIO)

Prova Escrita de Política Internacional – Questão 3

Aplicação: 2/5/2026

PADRÃO DE RESPOSTA DEFINITIVO

Em relação ao primeiro aspecto, espera-se que o(a) candidato(a) mencione que o Brasil acredita que a inteligência artificial (IA) não pode tornar-se monopólio tecnológico de poucos países e poucas empresas, devendo seus benefícios ser compartilhados e sua regulação ser realizada de maneira multilateral, sem assimetrias e congelamento do poder global nesse tema. Não pode também constituir-se em terreno para discursos de ódio, desinformação e manipulação eleitoral, nem causar desemprego e reforçar vieses de raça e gênero, ou acentuar injustiças e discriminações. Durante a presidência brasileira nos BRICS+, em 2025, o Brasil estabeleceu a agenda de uma inteligência artificial a serviço das pessoas, que deve ser regulamentada a partir de princípios de transparência, proteção dos dados e transferência de tecnologias, e em sinergia com os debates multilaterais.

Em relação ao segundo aspecto, espera-se que o(a) candidato(a) mencione a moratória do comércio eletrônico, que tem sido renovada a cada dois anos para proibir a tributação desse comércio e de transmissões digitais, mas não foi aprovada por falta de acordo na 14.ª Conferência Ministerial da OMC. São visões históricas as dos países ricos, que pretendem renová-la por prazo maior ou torná-la permanente, pois isso garante competitividade e previsibilidade a suas empresas, enquanto os países em desenvolvimento defendem o fim ou as prorrogações reduzidas dessa moratória, por muitas vezes a considerarem injusta, restritiva do ponto de vista fiscal e redutora do espaço de políticas para o desenvolvimento. A Índia mudou sua posição histórica sobre essa moratória na 14.ª Conferência Ministerial, ao passar da defesa de seu fim ou de extensões curtas para um entendimento de que ela poderia ser estendida por prazo maior do que dois anos. Já o Brasil manteve sua postura de ser contrário à prorrogação da moratória por mais de dois anos na Conferência, enquanto sugeriu a criação de um comitê permanente sobre comércio digital, com uma perspectiva orientada ao desenvolvimento.

Em relação ao terceiro aspecto, espera-se que o(a) candidato(a) mencione que a Índia sediou a Cúpula de Impacto da Inteligência Artificial, tendo conferido perspectiva do Sul global ao tema e destacado a necessidade de aproveitar e fortalecer ecossistemas de IA voltados ao desenvolvimento e ao crescimento inclusivo, à democratização da inovação em IA, à distribuição equitativa dos benefícios da IA e ao acesso a recursos críticos para o desenvolvimento de soluções de IA. Na ocasião, foi assinada a Declaração Conjunta sobre Parceria Digital para o Futuro entre o Brasil e a Índia, que marca um capítulo estratégico da relação bilateral, inclui cooperação, projetos e criação de rede (rede de inteligência planetária aberta) em infraestruturas públicas digitais, diálogo sobre governança digital e formulação de políticas públicas, além de colaboração acadêmica, em tecnologias emergentes e na mitigação de riscos da evolução tecnológica, para atingimento dos objetivos de desenvolvimento sustentável, bem como atuação conjunta em foros multilaterais relacionados à governança digital, com atenção a potenciais riscos e benefícios da IA.

Cebraspe
Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos

CONCURSO PÚBLICO DE ADMISSÃO À CARREIRA DE DIPLOMATA

DIPLOMATA (TERCEIRO SECRETÁRIO)

Prova Escrita de Política Internacional – Questão 4

Aplicação: 2/5/2026

PADRÃO DE RESPOSTA DEFINITIVO

Espera-se que o(a) candidato(a) aborde os esforços de integração latino-americana, ~~desde a~~ especialmente, a partir da criação do MERCOSUL como bloco de integração ~~não apenas comercial, mas também~~ econômica, voltado à distribuição dos benefícios da integração, a seu fortalecimento institucional e à internalização da lógica da integração nos países-membros. Fazem parte desse processo, entre outros, a ALADI (Associação Latino-Americana de Integração), a IIRSA (Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana), a Cúpula Mercosul-CELAC (Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos), a constituição da UNASUL (União de Nações Sul-Americanas), a Comunidade Sul-Americana de Nações (CASA), além da ampliação e da diversificação do MERCOSUL, com a inclusão de novos países membros, e da celebração de acordos comerciais com diversos parceiros extrarregionais (como Singapura, Emirados Árabes Unidos, Índia e Canadá). ~~A constituição do Fundo para a Convergência Estrutural do MERCOSUL (FOCEM), o Protocolo de Olivos, as discussões em torno do Parlamento do MERCOSUL (PARLASUL) e do Foro Consultivo de Municípios, Estados Federados, Províncias e Departamentos do MERCOSUL (FCCR), além dos procedimentos facilitadores de cadeias produtivas regionais, são exemplos de ações voltadas a aprofundar o processo de integração.~~

Espera-se~~, também,~~ que o(a) candidato(a) apresente a posição do Brasil frente à formação dos megablocos econômicos, à nova geração de mega-acordos regionais (RCEP e CPTPP, ASEAN) e à integração do Sul global, destacando o papel histórico do Brasil na UNCTAD, na OMC e no G-77, em favor de benefícios tarifários aos países em desenvolvimento, o não alinhamento automático com os EUA (a exemplo da ~~negativa~~ ~~em participar~~ ~~da~~ resistência na adesão à Área de Livre Comércio das Américas - ALCA) e a priorização das relações com a África (apoio do Brasil à entrada da União Africana no G20), a Ásia (aproximação entre o Mercosul e a Associação de Nações do Sudeste Asiático) e os demais países da América Latina, além do empenho no fortalecimento e na ampliação do bloco dos BRICS~~+~~**.** O(A) candidato(a) pode mencionar a presidência *pró-tempore* do Brasil no MERCOSUL, em 2025, e os esforços da política externa brasileira em priorizar a integração regional, conforme disposto no parágrafo único do artigo 4.º da Constituição Federal de 1988. ~~Do ponto de vista concreto, o Brasil apoiou a adesão da Bolívia ao MERCOSUL e negocia acordos comerciais que envolvem as dimensões econômica, sociais e culturais para promoção de políticas de cooperação Sul-Sul e cooperação Norte-Sul nos marcos do multilateralismo.~~ Espera-se que o(a) candidato(a) mencione etapas, dificuldades, avanços e recuos no processo das negociações do Acordo Comercial MERCOSUL/União Europeia, desde o Acordo-Quadro de Cooperação Inter-Regional Mercosul-EU, em 1995, passando pela resistência de países europeus, pelas exigências ambientais e regulatórias como mecanismos de proteção indireta ("protecionismo verde"), até a atual ~~formulação~~ celebração de um acordo de livre comércio que envolv~~a~~**ae** mais de 720 milhões de pessoas e um PIB agregado da ordem de U$S 22 trilhões. Essas questões devem ser entendidas dentro de um contexto de dinâmicas geopolíticas amplas, que articulam integração regional, disputas inter-hegemônicas e estratégias de inserção internacional do Brasil, num ambiente internacional marcado pelo recrudescimento de práticas protecionistas e por tensões no sistema multilateral de comércio.

Espera-se que o(a) candidato(a) aborde os riscos e as perspectivas do acordo para a economia brasileira: a progressividade da implantação; os setores potencialmente beneficiados (agronegócio, químicos, ~~veículos e peças~~, energia, aviões, calçados e artefatos de couro) e prejudicados (máquinas, equipamentos elétricos e eletrônicos, têxteis e produtos de metal); salvaguardas para setores como farmacêutico e compras públicas; o potencial de ganhos e riscos macroeconômicos relacionados à previsibilidade e à segurança jurídica, à diversificação comercial e ao crescimento significativo e generalizado dos fluxos de comércio exterior do Brasil, com redução de custo de produção em função da possibilidade de importar insumos e bens de capital mais baratos; além de impactos anti-inflacionários sobre a taxa de câmbio e sobre a produtividade e competitividade; os riscos relacionados a eventual piora nos saldos comerciais de setores vulneráveis, além de tendências de substituição de ~~pesos relativos de parceiros comerciais, com ampla substituição de~~ parceiros do resto do mundo, do continente americano e até do MERCOSUL por parceiros europeus. Por fim, como risco do acordo, o(a) candidato(a) pode abordar ~~o conceito de~~ a deterioração dos termos de troca para sinalizar a vulnerabilidade e a dependência de setores tecnológicos das economias do Sul global, além dos riscos de reprimarização e desindustrialização.

Cebraspe
Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos

CONCURSO PÚBLICO DE ADMISSÃO À CARREIRA DE DIPLOMATA

DIPLOMATA (TERCEIRO SECRETÁRIO)

Prova Escrita de Língua Portuguesa – Redação

Aplicação: 25/4/2026

PADRÃO DE RESPOSTA DEFINITIVO

Espera-se que o(a) candidato(a) redija texto dissertativo no qual seja apresentada — de forma coesa, coerente, objetiva e estruturada — uma reflexão acerca do tema proposto. No que diz respeito ao desenvolvimento da reflexão, o(a) candidato(a) deve mobilizar informações pertinentes ao tema e demonstrar capacidade de análise de conteúdo articulado à problemática da proposição: a atuação do internacionalista no que se refere à coexistência pacífica entre as nações, diante da dimensão utópica inserida em sua função e da complexa realidade do mundo em tempos de guerra. Para tanto, espera-se que o(a) candidato(a) discorra sobre: (i) a função das relações internacionais em contextos de conflitos bélicos, demonstrando conhecimento das fontes históricas e filosóficas que dão fundamento à atuação do internacionalista; (ii) a dimensão utópica — realizável ou latente, mas sempre dependente da ação humana — envolvida no exercício da missão diplomática, expressando uma noção de utopia fundamentada para além do senso comum e considerando os cenários de guerra; e (iii) o enfrentamento da contradição entre a resolução de conflitos de forma racional e pacífica e a conjuntura atual de confrontos armados entre nações.

O(A) candidato(a) pode abordar o tema de maneira variada, citando ou não casos concretos, sem necessidade de se referir expressamente aos textos motivadores.

Cebraspe
Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos

CONCURSO PÚBLICO DE ADMISSÃO À CARREIRA DE DIPLOMATA

DIPLOMATA (TERCEIRO SECRETÁRIO)

Prova Escrita de Língua Portuguesa – Resumo

Aplicação: 25/4/2026

PADRÃO DE RESPOSTA DEFINITIVO

Espera-se que o(a) candidato(a) resuma o texto apresentado, com concisão e coerência, mantendo a essência de suas ideias, sem acrescentar dados ou informações que as extrapolem. Devem ser mencionados os princípios elencados no art. 4.º da CF citados no texto: o da independência nacional, consagrado na soberania, o princípio basilar do Estado brasileiro, o da autodeterminação dos povos, o da não intervenção e o da igualdade entre Estados. Deve ser mencionada também a busca de soluções pacíficas dos conflitos como parte da tradição da política externa brasileira bem como o papel do Brasil na cooperação entre os povos para o progresso da humanidade, destacando-se a cooperação Sul-Sul, a criação e o fortalecimento do MERCOSUL, a criação do PARLASUL e a da UNASUL com vistas à construção de uma identidade regional, apoiada nos princípios do multilateralismo, no respeito às regras jurídicas, nas relações internacionais, nos direitos humanos e na democracia. Esclareça-se que a menção nominal à criação do PARLASUL e da UNASUL é facultativa, considerando-se adequada a referência a tais organismos por meio de expressões como “mecanismos de integração regional”, “organismos de fortalecimento do bloco sul-americano” ou equivalentes.